

## **A INVENÇÃO BRANCA DA LIBERDADE NEGRA: MEMÓRIA SOCIAL DA ABOLIÇÃO EM PORTO ALEGRE**

Maria Angélica Zubaran\*

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é investigar como uma memória social da abolição foi construída pelas elites políticas regionais em Porto Alegre, durante a “libertação dos escravos” em sete de setembro de 1884, na mesma data da independência nacional e quase quatro anos antes da abolição nacional. Argumento que as elites regionais construíram um discurso abolicionista que se apropriou das narrativas de um passado glorioso de tradições libertárias rio-grandenses para legitimar a estratégia das emancipações condicionais e manter o controle social sobre os libertos após a abolição. De outro lado, essa narrativa dominante sobre a abolição omitiu a participação de abolicionistas afro-descendentes e de associações negras na conquista da liberdade. Neste sentido, considero essa versão oficial da abolição uma invenção branca da liberdade negra.

**Palavras-chave:** abolição, alforrias, memória social

**Abstract:** The aim of this paper is to investigate how a social memory of abolition was constructed by the regional elites in Porto Alegre, during the “liberation of slaves” on the 7th of September, 1884, on the same date of national independence and almost four years before the national abolition. I argue that the regional elites had constructed an abolitionist discourse which appropriated the narratives of a glorious past of Riograndense libertarian traditions in order to legitimize their abolitionist strategy of conditional manumissions and to keep social control of freed people after abolition. On the other hand, this dominant narrative of abolition omitted the participation of Afro-Brazilians and black societies in the struggle for freedom. Thus, I consider this official version of abolition, as a “white invention of black freedom”.

**Keywords:** abolition, manumissions, social memory

O objetivo deste estudo é investigar como uma memória social da abolição foi construída pelas elites políticas regionais durante a “libertação” dos escravos ocorrida em sete de setembro de 1884, em Porto Alegre, na mesma data da independência nacional, e quase quatro anos antes da abolição nacional. Argumento que as elites políticas regionais veicularam uma determinada versão da abolição na Província, através de um discurso abolicionista que se apropriou das narrativas de um passado glorioso de tradições libertárias rio-grandenses, para legitimar a estratégia da emancipação condicional e manter o controle social dos libertos após a abolição. Este discurso oficial abolicionista circulou na imprensa local, nas atas da Câmara Municipal de Porto Alegre e nas falas do Presidente da Província, e esteve associado a um conjunto de rituais e símbolos construídos em torno do marco abolicionista de 1884. A criação de uma bandeira, de um hino e um “livro de ouro” pelo

---

\* Professora do Curso de História e do Mestrado em Educação, Ulbra, RS. Doutora em História pela State University of New York, com pós-doutorado no Birkbeck College, University of London.

Centro Abolicionista de Porto Alegre, são exemplos do que Jacques Le Goff chamou de “documento/monumento”, produzidos para perpetuar a versão dos vencedores às futuras gerações, neste caso, para assegurar a produção de uma memória social da abolição em Porto Alegre. (LE GOFF, 1990)

Apesar da evidência de diferentes versões de discursos abolicionistas, particularmente, os veiculados pelos partidos Conservador, Liberal e Republicano, concordo com Helga Piccolo, quando afirma que as divergências entre eles eram apenas aparentes, pois "a todos interessava evitar a desorganização da produção e garantir o controle social sobre o trabalhador" (PICCOLO, 1989: 3). Ademais, foi constante neste discurso abolicionista regional a omissão da participação dos africanos e afro-descendentes no processo abolicionista. Neste sentido, David Blight afirma que o estudo da memória social pode ser definido como o estudo da disputa cultural, de verdades contestadas ou de textos que apresentam versões antagônicas do passado, que são postas a serviço do presente (BLIGHT, 1994).

Em primeiro lugar, destaco o silêncio do discurso abolicionista regional em relação à participação dos afro-descendentes no processo de abolição no Rio Grande do Sul. Particularmente, a omissão sobre a participação das associações negras de Porto Alegre, entre elas, a Sociedade Esperança e Caridade, a Irmandade Nossa Senhora do Rosário e a Sociedade Floresta Aurora. Pesquisas recentes têm revelado que a Irmandade Nossa Senhora do Rosário comprou a liberdade de escravos e doou cartas de alforria nas missas que celebrava na Igreja do Rosário em Porto Alegre e que a Sociedade Floresta Aurora, fundada em 1872, participou da campanha pela abolição, juntamente com sua orquestra, que costumava apresentar-se nas reuniões públicas dos abolicionistas<sup>1</sup>. Destaco também, a ausência de referências às lideranças afro-descendentes neste discurso abolicionista regional. No entanto, o cronista local Achylles Porto Alegre, revela que o afro-descendente Soter Caio da Silva, teve papel de destaque como advogado abolicionista e defensor da liberdade de escravos no Rio Grande do Sul.

*Por ocasião do movimento emancipador que agitou o país, Soter Caio da Silva, descendente imediato da raça infeliz [sic] que gemia sob o jugo da escravidão, colocou a sua inteligência e a sua modesta bolsa a serviço da obra humanitária, que teve a 13 de maio o seu remate glorioso. Como advogado, muito fez em prol do elemento servile, alcançando a liberdade de muitos escravos e a ira satânica dos senhores [...] (PORTO ALEGRE, 1922: 173)*

Outro abolicionista afro-descendente, cuja participação na abolição em Porto Alegre foi minimizada no discurso abolicionista regional, mas amplamente divulgada na imprensa

---

1 *Folha da Tarde* (12 de maio, 1888, p. 4).

negra, foi o tenente coronel Aurélio V. T. de Bittencourt, sócio da Sociedade Floresta Aurora e da Irmandade da Nossa Senhora do Rosário, membro da Sociedade de Beneficência Porto-Alegrense e apontado pelo jornal negro *O Exemplo*, como “porta-voz dos primeiros ativistas que saudaram a aurora da emancipação”.<sup>2</sup> Neste sentido, interpreto essa narrativa vitoriosa sobre a abolição em Porto Alegre, como “uma invenção branca da liberdade negra”, tendo em vista que foi o produto exclusivo e seletivo da imaginação branca, que certamente teve um impacto importante nos primórdios da historiografia da abolição no Rio Grande do Sul. Entretanto, contribuições mais recentes ao estudo da abolição no Rio Grande do Sul apresentam uma visão mais complexa do papel de escravos e libertos no processo de emancipação da escravidão na Província.<sup>3</sup>

### **Breve Histórico do Movimento Abolicionista**

O movimento abolicionista na Província do Rio Grande do Sul intensificou-se na década de 1880. Entre 1883 e 1884, durante o chamado “biênio abolicionista”, a propaganda abolicionista foi discutida publicamente na imprensa local, no *Jornal do Comércio* (do Centro Abolicionista), *A Reforma* (do Partido Liberal), *A Federação* (do Partido Republicano) e também nos jornais *O Mercantil* e *O Século*. A década de 1880, em Porto Alegre, foi marcada pela emergência de sociedades emancipacionistas, tais como: a Sociedade Emancipadora Rio Branco (1881), a Seção Abolicionista do Partenon Literário (1883), a Sociedade Esperança e Caridade (1883), a Libertadora Mercantil (1883) e o Centro Abolicionista de Porto Alegre (1883). No interior da Província, simultaneamente ao movimento emancipacionista da capital, organizavam-se sociedades abolicionistas locais.

Em 1883, os partidos políticos da Província, o Conservador, o Liberal e Republicano, reconheciam a necessidade de abolir “a instituição maligna”, mas discordavam no modo de conduzi-la. Nessa época, o líder liberal Silveira Martins passou a defender a abolição da escravidão através de contratos de serviço entre os senhores e seus ex-escravos. Os conservadores, através do jornal, *O Conservador*, atacavam a posição abolicionista dos Liberais e os acusavam de ameaçar a ordem social e de provocar a “erupção do vulcão”. Para a maioria dos conservadores, era suficiente esperar os efeitos da Lei do Ventre Livre e as emancipações voluntárias de particulares. Já o Partido Republicano Rio-Grandense (PRP), sob a liderança de Júlio de Castilhos, apesar de inicialmente defender a liberdade imediata sem

---

2 *O Exemplo* (13 de maio, 1904, p. 2).

3 BAKOS (1982, 1988), LONER (2008), MOREIRA (1990, 1996, 2003), ZUBARAN (1998, 2002, 2006).

indenização, terminou apoiando a estratégia política dos Liberais de abolição condicional com cláusulas de prestação de serviço. O Centro Abolicionista de Porto Alegre, fundado em setembro de 1883, através da iniciativa dos liberais: Joaquim de Salles Torres Homem e Julio César Leal, ambos da seção abolicionista do Partenon Literário,<sup>4</sup> e sob a presidência do coronel Joaquim Pedro Salgado, também liberal, assumiu a liderança da Campanha Abolicionista em Porto Alegre. Entre os símbolos principais do Centro Abolicionista constava uma bandeira vermelha com o lema bordado: “a liberdade humana não pode ser comprada ou vendida”.<sup>5</sup> No entanto, o compromisso político assumido entre Liberais, Republicanos e Conservadores dissidentes reunidos no Centro Abolicionista, privilegiou a idéia da liberdade condicional a ser indenizada através dos contratos de serviço e criou a figura do contratado, um status intermediário entre a escravidão e a liberdade, tendo em vista que a liberdade não era imediata e completa, mas condicionada a prestação de serviços dos ex-escravos aos seus ex-senhores, por um período de até sete anos. Para os abolicionistas do Centro Abolicionista, os libertos não trabalhariam a não ser coagidos por seus ex-senhores, como ilustra a declaração: “O Centro Abolicionista pensa que não podemos libertar o escravo sem controlar a maioria dos libertos, que de outra forma, cairão na vagabundagem e na criminalidade (...)”<sup>6</sup>

Em 1884, encorajados pelas vitórias abolicionistas nas Províncias do Amazonas e do Ceará, os abolicionistas rio-grandenses reunidos no Centro Abolicionista, organizaram a chamada “jornada abolicionista” de 12 a 18 de agosto de 1884. O Centro Abolicionista de Porto Alegre criou comissões de libertação para percorrer os bairros e subúrbios da capital, dirigindo-se de casa em casa, para persuadir os donos de escravos urbanos a libertarem seus escravos e conceder-lhes cartas de alforria. Aparentemente, as comissões de libertação não encontraram resistência, pois na primeira semana de setembro de 1884, Porto Alegre foi declarada “cidade livre”, quase quatro anos antes da abolição nacional. Liberais, Conservadores dissidentes e Republicanos acordaram um compromisso político para emancipar os escravos na Província, concedendo-lhes emancipação condicional, o que idealmente, impediria os libertos de se entregarem à “vadiagem” e permitiria que os senhores utilizassem o trabalho de seus antigos escravos ao mesmo tempo em que os declaravam nominalmente livres. A seguir, analiso as principais características do discurso abolicionista regional, suas representações mais recorrentes e seus argumentos centrais.

---

4 .A sociedade literária “Partenon Literário” foi fundada em 18 de junho de 1868, em Porto Alegre, reunindo a elite intelectual da Província. Em 1883, cria-se uma seção anexa ao Partenon, incumbida da propaganda

5 *A Ordem*, (4 de setembro, 1884, p. 2).

6 *Jornal do Comércio* (2 de outubro, 1884, p. 3).

### **O Discurso Abolicionista Regional**

Um dos aspectos relevantes do discurso abolicionista regional foi o caráter de nacionalismo e patriotismo atribuído à concessão de alforrias, que corroborava a vocação patriótica dos gaúchos na defesa do território nacional, desde os tempos coloniais. As palavras do Presidente da Província, José Júlio de Albuquerque Barros, ao Presidente do Centro Abolicionista, em sete de setembro de 1884 são ilustrativas: “Que maior triunfo – Srs do Centro Abolicionista! A obra está consumada e a cidade, o município e a Província estão em galas. Espetáculo novo, surpreendente, indescritível e só explicável por essa paixão da liberdade que exalta o patriotismo rio-grandense...”<sup>7</sup>

Para Sandra Pesavento, esse discurso da vocação patriótica dos gaúchos foi construído em meio a conflitos armados contra os espanhóis pelo controle do Rio da Prata e questões de fronteira não resolvidas. A autora afirma que "a origem militar-fronteiriça da sociedade gaúcha deu-lhe, desde logo, um atributo fundamental: a região muito cedo se definiu em termos de opção da nacionalidade" (PESAVENTO, 1993: 38). De acordo com Sandra, as elites regionais, desde cedo, apresentaram-se como as “sentinelas da nação”, vigilantes na defesa do território nacional contra as invasões estrangeiras. Parece-nos que essa noção foi apropriada e ressignificada pelas elites abolicionistas regionais na construção do discurso abolicionista regional. Nas análises dos republicanos no jornal *A Federação*, a ameaça do inimigo externo era substituída pela ameaça da escravidão: "É urgente proclamar que esta Província, tem sido em todos tempos a sentinela avançada da dignidade nacional, que não deixa medrar no seu solo a instituição negra, que conspurca a honra da pátria mais do que as afrontas do estrangeiro inimigo.”<sup>8</sup>

Outra marca do discurso abolicionista regional foi a construção da noção da emancipação pioneira na Província, apesar das Províncias do Ceará e do Amazonas terem abolido a escravidão antes do Rio Grande do Sul. Para construir essa noção da emancipação pioneira as elites recorreram às tradições históricas libertárias dos rio-grandenses, que remontavam à Revolução Farroupilha (1835-1845), a maior guerra civil do império. O segundo evento apropriado pelo discurso abolicionista regional para produzir a imagem de uma emancipação pioneira no Rio Grande foi a iniciativa da sociedade abolicionista "Partenon Literário", que criou em 1869, a "Sociedade Libertadora dos Escravos", destinada a libertação de crianças escravas em Porto Alegre. Portanto, no discurso abolicionista regional, o Rio Grande do Sul era considerado o pioneiro da abolição devido à sua tradição “liberal e

---

7 . A Reforma, (7 setembro, 1884, p.2)

8 *A Federação*(8 de agosto, 1884, p. 1).

libertadora” e aparecia como o exemplo a ser seguido pelo resto do país, assim como Porto Alegre fora para as outras cidades da Província, como ilustra o editorial do *Jornal do Comércio*, em 1884:

*A civilizada capital do Rio Grande do Sul esta dando exemplo às outras cidades da Província e do Império que ainda não emanciparam [seus escravos]. A oportunidade havia chegado para todos. Porto Alegre deveria fazer ainda mais que outras cidades do Império haviam feito, porque sempre foi aqui, as margens do majestoso Guaíba e debaixo deste céu que a liberdade no Brasil fez os seus foros inquebrantáveis...*<sup>9</sup>

Outro aspecto recorrente do discurso abolicionista regional foi a imagem da abolição pacífica, que enfatizava a harmonia entre os partidos políticos e a ausência de conflitos sociais e que buscava manter os vínculos entre “ protetores” e “dependentes” após a abolição. O editorial do *Jornal do Comércio* afirmava: “Somos todos homens e irmãos, pertencemos a uma mesma família, e, portanto, temos os mesmos direitos e as mesmas faculdades naturais...[...]

”<sup>10</sup> Este aspecto da tradição igualitária dos gaúchos e das supostas relações de camaradagem entre senhores e escravos na sociedade escravista rio-grandense, que aparece com frequência nas narrativas de viajantes estrangeiros que visitaram a Província no século XIX, foi também marcante no discurso abolicionista regional e aparece expresso inclusive no discurso do presidente da província, Rodrigo de Azambuja Villanova:

*Não creio que nesta província possam aparecer maiores dificuldades sobre a conveniente acomodação dos libertos, que hão de preferir em sua grande maioria acompanhar os seus antigos benfeitores, porque no Rio Grande do Sul a escravidão foi sempre uma instituição familiar, participando o escravo de todas as vantagens dos senhores, aos quais devem estar hoje presos pelos laços de gratidão e de cuja inteligência e experiência não podem prescindir.*<sup>11</sup>

Outro traço do discurso abolicionista regional foi a idéia da ausência de emancipações onerosas no movimento de libertação dos escravos de Porto Alegre. As alforrias foram representadas como atos caridosos de generosos senhores de escravos. "Honra ao povo do Rio Grande, que se esquecendo de dissensões partidárias, movido por reflexão, libertou seus escravos sem cometer tropelias e sem receber dinheiro a troco de criaturas humana....”<sup>12</sup> No entanto, pesquisas recentes revelam o grande número de alforrias condicionais à prestação de serviços e compradas pelos próprios escravos no movimento abolicionista de 1884. (STAUDT, 1996, 2003;

---

9 . *A Federação*, (9 de agosto, 1884, p. 1).

10. *Jornal do Comércio*, (18 de agosto, 1884, p. 2).

11. *Jornal do Comércio*, (18 de agosto, 1884, p. 2).

12. *A Federação* (7 de setembro, 1884, p.1).

ZUBARAN, 1998, 2006) De acordo com James Scott, o ocultamento é um recurso simbólico amplamente utilizado pelas elites na cena pública, quando certos fatos sociais amplamente sabidos, mas que podem comprometer a imagem pública das elites, não são mencionados. (SCOTT, 1990). No movimento emancipacionista de 1884, as emancipações condicionais foram minimizadas e as alforrias pagas não foram sequer mencionadas no discurso oficial abolicionista. Tudo se passou como se a Província tivesse abolido a escravidão sem indenizações. A idéia do ocultamento foi também enunciada por Píccolo quando tratou da concessão das alforria sob prestação de serviços: "A emancipação com prestação de serviços, procurava encobrir a realidade nela presente, isto é, o fato de que o estado servil não fora abolido..." (PÍCCOLO, 1989: 12) James Scott destaca ainda, o recurso do eufemismo, empregado pelas elites para embelezar os aspectos do poder que não podem ser negados, ou para encobrir um valor negativo, como registrava o *slogan* do Presidente da Província, José Julio de Albuquerque Barros: "suprimir o escravo, preservando o trabalhador no Rio Grande do Sul", que mascarava os aspectos coercitivos da emancipação através de contrato de serviços, dando a aparência de uma mudança neutra e cosmética. Nesta direção, de encobrir e minimizar o aspecto das alforrias condicionais o Presidente da Província pronunciava-se em seu relatório de 1885:

*Felicitó-me de haver sido durante a minha administração que se operou na Província de S. Pedro do Rio Grande do Sul esse brilhante movimento abolicionista. Não contribui para tão notável e auspicioso acontecimento senão a conveniência e a praticabilidade do sistema de emancipação por meio da locação ou cláusula de serviços... que, posto que menos generoso do que o da libertação incondicional, não o exclue, e permite, que concorram todos para a emancipação na medida de suas possibilidades ... 13*

### **A Festa da Abolição em Porto Alegre (1884)**

Na década de 1970, Fernando Henrique Cardoso interpretou a dramatização das elites gaúchas nas celebrações abolicionistas de 1884, como uma espécie de catarse coletiva que eliminava a consciência culpada (CARDOSO, 1970). Na presente análise, o desempenho público das elites abolicionistas regionais é re-examinado na perspectiva teórica de James Scott, como "um teatro coletivo, em que a conduta da elite dominante frequentemente toma parte na sua própria auto-definição"(SCOTT,1990:51). A festividade é, dessa forma, considerada o local simbólico onde o que deve ser esquecido é ritualisticamente separado do que deve ser lembrado, de modo a produzir uma explicação do evento comemorativo. A "festa da abolição" em Porto Alegre durou três dias, de seis a oito de setembro, "como determinava

---

13. Relatório do Presidenmte da Província, Júlio de Albuquerque Barros, 1885, 178.

o programa patrocinado pelo Centro Abolicionista” e pela Assembléia Municipal. As autoridades militares e civis presentes às celebrações abolicionistas não deixavam dúvida de que se tratava de um evento organizado de cima para baixo, imposto pelo poder político da Assembléia Municipal, talvez para fortalecer sua autoridade simbólica. Também o público presente às celebrações públicas era um grupo seletivo, composto da elite abolicionista, que se reunia no Centro Abolicionista, dos conselheiros da Assembléia Municipal, do Presidente da Província, corpo diplomático, autoridades militares e religiosas. Os cidadãos comuns eram aparecidos como a “plateia”, a “multidão”, uma alusão necessária para legitimar o evento público. Apesar disso, os anúncios de jornais enfatizavam a participação popular e representavam a abolição como uma festa democrática.<sup>14</sup> Houve dois momentos da celebração em que “as manifestações populares” se destacaram: a Parada Cívica que percorreu as ruas da capital e a Quermesse Abolicionista na praça central Dom Pedro II. No dia seis de setembro de 1884, a imprensa Republicana comentava a respeito da Parada Abolicionista:

*Às nove da noite do dia 6 de setembro, uma multidão juntou-se na praça Senador Florêncio e saiu em passeata incorporando membros do Centro Abolicionista e dos comitês emancipacionistas, liderados pelo presidente do Centro Abolicionista e outros membros da mesma associação, com banda de música e carros conduzindo senhoras e cidadãos que participaram das ações abolicionistas. Fogos de artifício foram disparados nas ruas dos três distritos da capital e às 11 horas da noite penetraram na Câmara Municipal, profusamente iluminada.<sup>15</sup>*

O ponto alto do movimento emancipacionista de 1884 foi à quermesse abolicionista, localizada na praça central e conduzida pelas esposas dos membros do Centro Abolicionista, nos dias sete e oito de setembro, com a intenção de levantar fundos para a emancipação dos escravos, através da venda de objetos doados pela elite da capital para esse fim. “A ideia de um bazar de caridade para redimir os escravos encontrou grande aceitação na população de Porto Alegre e os resultados lá estavam: treze tendas cuidadosamente adornadas e denominadas com os nomes de abolicionistas do movimento abolicionista nacional e local [...]”<sup>16</sup> Os quiosques da quermesse receberam os nomes de líderes abolicionistas provinciais tais como: José Julio, presidente da Província, Silveira Martins, líder político liberal, Coronel Salgado, presidente do Centro Abolicionista, Júlio de Castilhos, líder político republicano e abolicionistas nacionais como: Euzébio de Queirós, Rio Branco, José do Patrocínio, Joaquim Nabuco e Luis Gama. Na imprensa, a quermesse abolicionista foi considerada extremamente

---

14. As manchetes do jornal *A Federação* enfatizavam a participação popular: “Festejos populares,” (1 de agosto, 1884); “O povo em festas” (16 de agosto, 1884); “As festas populares,” (7 de setembro, 1884).

15. “As festas populares,” *A Federação* (7 de setembro, 1884, p. 1).

16.. *A Reforma*, (9 de outubro, 1884, 2).

popular e “para todas as classes”.<sup>17</sup> No entanto, a maior parte dos objetos doados para quermesse abolicionista, confirmava a presença majoritária das elites na organização do evento: “um tinteiro de vidro e madre pérola, uma caixa de cetim com perfumes, um broche de ouro com pedras preciosas, um jogo de cristal, etc.”<sup>18</sup>

A participação das mulheres na campanha abolicionista regional foi registrada na imprensa local, de acordo com os valores prescritos como adequados para as senhoras daquela época, representadas como delicadas e generosas: “A população inteira da capital, exceto por uma dúzia de proprietários de escravos, correu a depositar o presente de caridade nas mãos delicadas das generosas senhoras que em troca de seus doces sorrisos juntaram largas somas para a redenção dos cativos.”<sup>19</sup> Vron Ware analisando a participação feminina na abolição norte-americana, comenta que o papel filantrópico atribuído às mulheres da classe média emergente foi o tema mais importante da história do século XIX. A lógica era que elas exerciam um papel importante na sociedade, trabalhando para reformas sociais e morais. A participação das mulheres no movimento abolicionista de Porto Alegre parece se ajustar a este papel de reformadoras sociais apontado pelo autor. (WARE, 1992).

As comemorações da abolição incluíram uma significativa presença militar: a Escola Militar, a décima-terceira infantaria e a Sociedade Abolicionista “Rio Branco”, constituída de alunos da Escola Militar de Porto Alegre, que participaram ativamente da abolição organizando paradas nas ruas da capital para levantar fundos.<sup>20</sup> A presença militar destacada vem confirmar a vocação militar da Província, que como última fronteira da América Portuguesa, esteve sempre marcada pela presença estratégica dos militares. Seguindo as cerimônias civis, as comemorações religiosas foram celebradas na catedral, onde o bispo celebrou um *Te Deum*, rendendo graças pela extinção da escravatura na cidade, na presença de todo o clero da capital, das autoridades mais importantes, do Centro Abolicionista, dos oficiais militares, magistrados, corpo consular e cidadãos comuns.

### **Conclusão**

A problematização da construção da memória social da abolição em Porto Alegre e da sua relação com o ocultamento das memórias dos afro-descendentes é um estudo que se faz na perspectiva das políticas de memórias e da possibilidade de conformação das versões sobre o passado. Este estudo pretendeu questionar essa versão oficial “naturalizada” da abolição em

---

17. *A Federação*, (9 de setembro, 1884, 2).

18. *O Século*, (17 de agosto, 1884, 1).

19. *O Século*, (21 de setembro, 1884, 2).

20. *O Século* (17 de agosto, 1884, 2).

Porto Alegre e conceder espaço às outras memórias que foram silenciadas, aquelas construídas pelas narrativas de lideranças afro-descendentes, sociedades abolicionistas negras e clubes negros, pressupondo que em paralelo às memórias oficiais, existem sempre outras memórias, em constante processo de negociação de significados e em permanente transformação.

## **BIBLIOGRAFIA**

BAKOS, Margaret. *RS: Escravidão e Abolição*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

\_\_\_\_\_. “Repensando o processo abolicionista no sul-rio-grandense.” *Estudos Ibero-Americanos*, v. 14, n. 2, 117-38, dez. 1988.

BLIGHT, DAVID W. "W. E. B. Du Bois and the Struggle for American Historical Memory," In Geneviève Fabre, Robert O' Meall (eds.), *History and Memory in African-American Culture*. New York : Oxford University Press, 1994: 45-71.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo e Escravidão no Brasil Meridional*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 1990.

LONER, Beatriz. “A rede associativa negra em Pelotas e Rio Grande” In *RS NEGRO*. EDIPUCRS, 2008.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. *Os cativos e os homens de bem: experiências negras no espaço urbano*. Porto Alegre: EST Edições, 2003.

\_\_\_\_\_. *Faces da liberdade, máscaras da do cativo*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1996.

\_\_\_\_\_. Os Contratados: uma forma de escravidão disfarçada. *Estudos Ibero-Americanos*, Porto Alegre: PUCRS, v. XVI, n. 1 e 2, jul e dez de 1990, 1-344.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. “A Invenção da Sociedade Gaúcha.” *Ensaio FEE* 14/2(1993):83-96.

PICCOLO, Helga. “O Discurso Abolicionista no Rio Grande do Sul.”, n/ publicado, 1989.

PORTO ALEGRE, Achylles. *Noutros tempos*. Porto Alegre: Livraria Globo, 1922, 170-173.

SCOTT, James. *Weapons of the Weak*. New Haven: Yale University Press, 1990.

WARE, Vron. *Beyond the Pale: White Women, Racism and History*. London: 1992, 49-11.

ZUBARAN, Maria Angélica. “*Slaves and Contratados: The politics of freedom in Rio Grande do Sul, Brazil, 1865-1888*”. Tese defendida na State University of New York, 1998.

\_\_\_\_\_. Paternalismo, Práticas Culturais e Representações. *Estudos Ibero-Americanos*. PUCRS, V.XXVIII, n.1, p. 51-63, junho de 2002, 51-63.

\_\_\_\_\_. “Os Escravos e as Ações de Liberdade no Rio Grande do Sul: Apropriações da Lei de 1871” In Rocha, Márcia Medeiros (org) *IV Mostra de Pesquisa do Arquivo Público do Estado do Sul*. Porto Alegre: CORAG, 2006, 223-235.